

'Democracia e Desenvolvimento' impõe 18 compromissos

BRASÍLIA — O novo "Compromisso com a Nação" intitula-se "Democracia e Desenvolvimento" e não terá a assinatura de apenas quatro líderes da Aliança Democrática que, pela constatação do atual documento, "esgotou-se". Ele está aberto aos nomes dos 559 constituintes e de todos os Governadores que quiserem manifestar apoio ao Governo do Presidente José Sarney, e declarar integralmente "solidários e responsáveis".

O documento apresenta oito compromissos no campo político, quatro no econômico e seis no social e administrativo. No campo político está o principal problema do PMDB.

"Apoiar o mandato presidencial de cinco anos, com os poderes que foram concedidos ao Presidente da República à data da eleição. Aplicar o mesmo princípio ao mandato dos Governadores e Prefeitos", diz o item sete. Segundo um Líder do partido, que leu o documento, será muito difícil conseguir a unidade do PMDB.

Há dias, circulava dentro das bancadas do partido a informação de que o documento do Presidente da República atenderia as principais teses do partido no campo econômico e social. As dificuldades maiores ficariam na área política. Mas também, na parte econômica, encontrará resistência a questão referente ao desenvolvimento do Nordeste, Centro-Oeste e Amazônia, "através de programas para exportações, com a utilização do instrumento de conversão da dívida externa em investimentos. Intensificar as metas de irrigação do Nordeste".

A proposta é a criação das ZPES — Zonas de Processamento de Exportações — que são combatidas pelo Ministro da Fazenda, Bresser Pereira, e por toda a ala esquerda do PMDB.

Na introdução aos compromissos nas quatro áreas, o documento fala pelos signatários: "Para a consecução desses objetivos, expressamos nossa determinação de apoiar o Governo do Presidente José Sarney".

O próprio Presidente avalia: "Com o rompimento da Aliança Democrática, verificado agora, torna-se necessário um novo pacto político que possa balizar a ação governamental".

É o seguinte o documento:

"As candidaturas Tancredo Neves e José Sarney foram objeto de longa negociação política, visando a uma aglutinação de forças de todas as tendências, para possibilitar a vitória e garantir a consequente transição democrática.

Por proposta do então Vice-Presidente Aureliano Chaves, com o apoio do PMDB e da Frente Liberal, acordou-se a constituição de uma comissão, formalizada num documento de princípios que se chamou "Aliança Democrática", que foi assinado por Ulysses Guimarães, Tancredo Neves, Marco Maciel e o próprio aureliano Chaves.

Com a morte de Tancredo Neves, coube ao Presidente José Sarney cumprir o que foi acordado, o que foi feito, de tal modo que os objetivos ali contidos foram alcançados em pouco tempo, tais como:

1 — Restauração das eleições diretas em todos os níveis, inclusive para Presidente da República, a ser eleito por maioria absoluta em dois turnos.

2 — Convocação da Assembleia Nacional Constituinte.

3 — Legalização dos partidos então ditos clandestinos.

4 — Reformulação da legislação eleitoral, de modo a instaurar a plena liberdade de organização partidária, possibilitando a formação de novos partidos (mais de 20 foram criados).

5 — Eleições para as capitais dos Estados e para os Municípios de Segurança Nacional.

6 — Funcionamento das centrais sindicais.

7 — Total liberdade de informação.

8 — Extinção da sublegenda.

9 — Retorno da coligação de partidos.

10 — A inexistência de qualquer intervenção nos sindicatos.

11 — O reconhecimento da autonomia e liberdade sindicais.

Mas não ficou o Governo José Sarney limitado em seus atos a apenas honrar os compromissos predominantemente institucionais da Aliança Democrática, removendo os obstáculos maiores à democracia.

Foi mais longe.

Amplicou as conquistas políticas, sociais e econômicas, entre outras:

1 — Recadastramento eleitoral, possibilitando as mais legítimas eleições já realizadas no País.

2 — Vale-transporte obrigatório a todos os trabalhadores.

3 — Salário móvel.

4 — Seguro-desemprego.

5 — Acesso democrático ao rádio e à televisão pelos partidos políticos.

6 — Reconhecimento do direito de voto aos analfabetos.

7 — Adesão do Governo brasileiro à convenção das Nações Unidas contra a tortura e outros tratamentos ou penas cruéis, desumanas ou degradantes, e ao pacto da OEA sobre direitos humanos.

8 — Legalização da União Nacional dos Estudantes.

9 — Criação do Conselho Nacional de Defesa dos Direitos da Mulher.

10 — Retomada do processo de desenvolvimento, como opção fundamental da sociedade brasileira. A taxa de crescimento foi de 17,2% no biênio 85/86, resultado que se destaca no contexto mundial (foi a mais elevada do bloco ocidental, em 1986).

11 — Recuperação dos níveis de emprego. A taxa global de desemprego que no início do Governo José Sarney era da ordem de 8,3%, caiu para 2% no ano de 1986, e 4,22% em

'Apoiar o mandato de cinco anos, com os poderes conferidos na data da eleição'

agosto deste ano.

12 — Concessão da anistia aos dirigentes sindicais cassados.

13 — A democratização e a desburocratização das eleições sindicais.

14 — A representação trabalhista no Conselho Monetário Nacional e nos Conselhos da Sudam, da Sudene, da LBA, no Conselho da Mulher, da Defesa do Consumidor e dos cálculos do índice do IBGE.

15 — Instituição de correção monetária de todo o passivo das instituições financeiras em liquidação, na defesa da economia popular.

16 — Instituição da correção monetária plena nos créditos trabalhistas, com pagamento de juros capitalizados mensalmente.

17 — Criação de planos de poupança e investimento em benefício do trabalhador.

18 — Reforma geral no processo de licitações públicas e contrato administrativo.

Embora em meio às dificuldades imensas que nos últimos tempos marcaram a situação econômica e social do País, nenhum retrocesso na caminhada democrática se verificou.



Sarney: 'Apoiar o mandato presidencial de 5 anos com todos os poderes'

Fortaleceram-se as instituições. Respira-se liberdade em todos os recantos do País.

Buscou o Presidente, com os meios de que dispunha, a conciliação e a justiça social. Presidiu a duas eleições, mais livres e abrangentes. Governou com os partidos, prestigiando a participação política.

Com o rompimento da Aliança Democrática, verificado agora, torna-se necessário um novo pacto político que possa balizar a ação governamental.

O Governo necessita da confiança indispensável para concluir o processo da transição democrática e prosseguir na promoção do crescimento econômico e do bem-estar social, dentro de um clima de paz.

Para a consecução desses objetivos, expressamos nossa determinação de apoiar o Governo do Presidente José Sarney para:

No campo político:

1 — Respaldo ao Presidente nas ações que julgar convenientes, no campo legislativo, governamental e político.

2 — Assegurar toda a cooperação necessária para garantir ao governo civil, emanado do poder político, síntese de todos os poderes, força e prestígio para cumprir com sua árdua tarefa da construção democrática e desenvolvimento do País.

3 — Reconhecer a liberdade do Presidente da República para compor sua equipe de governo.

4 — Apoiar a Assembleia Nacional Constituinte para conclusão de seus trabalhos com brevidade, a fim de que o País tenha uma nova Constituição, à altura da consciência jurídica brasileira, e que assegure a existência de uma sociedade democrática, pluralista e aberta, e possibilite avanços e progressos no campos social; estimule a iniciativa privada e a economia de mercado; dê ao Brasil condições de modernizar-se, sem entraves; e crie condições para geração de riquezas em benefício do povo, principalmente dos mais necessitados.

5 — Promover o estabelecimento da nova ordem jurídica no decorrer do próximo ano, com a aprovação do complexo arcabouço legal de adaptação das leis vigentes à nova Constituição, destacando-se a legislação referente às eleições municipais de 1988.

6 — Implantar as modificações administrativas determinadas pelo novo texto constitucional, principalmente no que se refere à reforma tributária e à descentralização.

7 — Apoiar o mandato presidencial de cin-

co anos, com os poderes que foram conferidos ao Presidente da República à data da sua eleição. Aplicar o mesmo princípio ao mandato dos governadores e prefeitos.

8 — Prosseguir a Política Externa Brasileira de não ser o País caudatário de grandes potências nem prisioneiro de pequenos conflitos. Afirmer com decisão nossa política de apoio ao desarmamento e de proscrição de armas nucleares, com ênfase especial nas iniciativas destinadas à América Latina e ao Atlântico Sul. Desenvolver o programa inovador de integração com a Argentina e o Uruguai, tendo por meta a implantação futura do mercado comum latino-americano. Lutar contra o racismo e contra todos as formas de discriminação.

No plano econômico:

9 — Apoiar a política econômica do Governo, consubstanciada no Plano Macroeconômico, no Plano de Ação Governamental e na fiel execução do orçamento unificado para 1988 e das metas até 1989. Estimular a política de redução do déficit público e combate à recessão, promovendo o fomento do mercado interno, a criação de empregos, a afirmação do esforço nacional na condução da economia.

Concluir a negociação da dívida externa, mediante política de co-responsabilidade entre credores e devedores, dentro dos parâmetros da soberania nacional, e do não comprometimento da economia com a recessão e a fome do povo.

10 — Desenvolver a industrialização do Nordeste, do Centro-Oeste e da Amazônia através de programas para exportação, com a utilização do instrumento de conversão da dívida externa em investimento. Intensificar as metas de irrigação do Nordeste.

11 — Fortalecer o monopólio estatal de petróleo. Assegurar, até o final do mandato, o cumprimento das metas de auto-suficiência na produção de petróleo previstas na programação da Petrobrás.

12 — Apoiar a iniciativa privada como fator decisivo desenvolvimento econômico. Ativar os programas de privatização nas áreas não essenciais ou estratégicas, de modo a libertar o Estado de tarefas e dispêndios que não façam parte de sua função, para que sobre mais recursos públicos para a área social.

No campo social:

13 — Combater as desigualdades sociais e regionais onde eles se verificarem.

14 — Realizar a reforma agrária, de maneira prática e dinâmica, de modo a atingir as me-

tas do Programa Nacional de Reforma Agrária, inclusive com a adoção de formas cooperativistas.

15 — Executar política salarial que garanta ao salário correção nunca inferior à inflação, além dos ganhos de produtividade livremente acordados entre patrões e empregados. O salário mínimo deve ter seu valor real dobrado no decorrer do atual mandato presidencial.

16 — Intensificar a política de prioridade para o social, com a ampliação dos programas em curso, tendo em vista distribuir a renda de forma justa e equilibrada e elevar os investimentos sociais a níveis comparáveis aos de países mais desenvolvidos.

17 — Estabelecer Plano de Emergência, mobilizando os recursos materiais e humanos disponíveis, nas áreas federal, estadual e municipal, para combater a violência.

18 — Adotar política habitacional de emergência para atender às populações de baixa renda.

19 — Ampliar os programas de educação e saúde, principalmente aqueles que digam respeito a sua melhoria e democratização.

No campo da administração:

20 — Punir com demissão todo servidor ocupante de cargo de confiança que tiver recebido denúncia de corrupção em sua área e não determinar sua imediata apuração e punição.

21 — Buscar fórmulas práticas de combater a ineficiência, o desperdício e a burocracia excessiva. Promover a extinção de órgãos, de modo a evitar superposição de atribuições.

22 — Descentralizar a administração, com delegação de obras e atribuições, de modo a estabelecer uma ação solidária e efetiva de um trabalho conjunto, entre União, Estados e Municípios.

23 — Apressar a reforma administrativa e organizar de imediato, em carreiras, os quadros da administração, de forma que ninguém possa ser admitido senão através de concurso público.

24 — Estabelecer tetos para o salário dos servidores públicos em quaisquer níveis ou setores, evitando-se abusos intoleráveis.

25 — Continuar o programa de modernização e profissionalização das Forças Armadas, para dar-lhes condições de cumprir seus deveres constitucionais de manutenção das instituições e da ordem, submetidas ao comando supremo do Presidente da República.

Integram este compromisso:

1 — O Plano Macroeconômico

'Industrialização do Nordeste, da Amazônia e do Centro-Oeste através da exportação'

2 — O Plano de Ação Governamental (PAG)

3 — Orçamento de 1988

4 — Metas 1989.

O compromisso da Aliança Democrática esgotou-se. É necessário este novo pacto, que não aborde somente os aspectos políticos, mas também aqueles necessários a criar condições para melhorar a vida do povo e assegurar, com as instituições consolidadas, o grande futuro do País.

O Brasil precisa preparar-se para o século XXI. Restaurar a crença em suas instituições. Restaurar a crença no seu futuro. Criar a unidade solidária em favor do País, independentemente de convicções políticas. Ajudar o Presidente a resolver os problemas nacionais graves que se acumularam ao longo do tempo. A hora é de construir.

Com estes grandes propósitos, manifestamos nosso apoio ao Governo do Presidente José Sarney, do qual fazemos parte, solidários e responsáveis."

De Ulysses, apenas o absoluto silêncio

BRASÍLIA — O Deputado Ulysses Guimarães, Presidente do PMDB, abriu ontem à noite sua residência para que os fotógrafos pudessem registrar sua presença à frente da televisão, acompanhado do Governador Orestes Quêrcia, para assistir ao pronunciamento do Presidente José Sarney. Aos repórteres, contudo, Ulysses reservou a garagem da residência oficial e absoluto silêncio sobre a fala de Sarney. No entanto, sua mulher, Dona Mora, falou. Quando Sarney disse que tem trabalhado aos sábados, domingos e feriados, ela brincou:

— Mas, em compensação, ele tem viajado muito.

O Governador de São Paulo, Orestes Quêrcia, após assistir à fala do Presidente da República, afirmou que poderão surgir "algumas restrições à forma" como o Presidente se manifestou sobre o apoio político que tem recebido.

No entanto, Quêrcia afirmou que o conteúdo do pronunciamento foi bom e não deverá repercutir negativamente. O Governador de São Paulo previu alguns tropeços que poderão surgir no PMDB, mas acredita que, no final, todo o partido acabará apoiando o documento que Sarney enviou ao Presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, e do PFL, Marcos Maciel.

Quêrcia anunciou para o próximo dia 15 uma reunião dos Governadores do PMDB com a Executiva. No mesmo dia, os Governadores pretendem se reunir no Rio.

Sobre a parte do pronunciamento em que o Presidente reclamou da falta de um apoio político mais seguro e firme ao seu Governo, Quêrcia apenas comentou ser necessário que se deixem de lado questões pessoais: "O que está em jogo é o interesse do País". Segundo ele, neste momento é necessário buscar-se a unidade do PMDB e garantir que a Constituição que está sendo elaborada espelhe as dificuldades reais que o Brasil está enfrentando. Ele disse:

— É necessário superar isso (referindo-se à falta de apoio político firme ao Governo Sarney). Temos de somar o partido e encontrar as soluções para a negociação da dívida externa, e definir mais claramente o que se pretende com os corredores de exportação.

Depois da saída do Governador de São Paulo, chegaram à residência de Ulysses Guimarães o Ministro da Previdência Social, Raphael de Almeida Magalhães — afirmando não ter assistido ao pronunciamento —, e os Deputados Luiz Henrique, Líder do PMDB na Câmara, e Genebaldo Correa. Luiz Henrique, ao ser indagado sobre a reclamação do Presidente de falta de apoio político, apenas comentou:

— Todos os projetos que o Governo enviou ao Congresso foram aprovados.